

POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

DOCUMENTO DE DIRETRIZES INTERNAS

Sumário

1. Objetivo.....	3
2. Histórico de Revisões.....	3
3. Abrangência desta Política.....	3
4. Referências.....	3
5. Definições.....	3
6. Diretrizes Gerais.....	5
6.1 Combate à Corrupção e a Outros Ilícitos.....	5
6.2 Interação com Agentes Públicos.....	7
6.3 Obtenção de Licenças, Autorizações e Permissões.....	7
6.4 Contratação de Agentes e Ex-Agentes Públicos.....	8
6.5 Relacionamento com Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviço.....	8
6.6 Conflito de Interesses.....	9
6.7 Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimento.....	10
6.8 Doações e Patrocínios.....	11
6.9 Contribuições Políticas.....	11
6.10 Registros Contábeis.....	12
6.11 Fusões e Aquisições.....	12
6.12 Cláusulas Obrigatórias em Contratos.....	12
6.13 Gestão de Contratos.....	12
7. Participação em Licitações.....	13
8. Incumprimento da Política.....	13
9. Canal de Ética.....	13
10. Compromisso com a Não Retaliação aos Denunciantes de Boa-fé.....	14
11. Divulgação da Política, Dúvidas e Sugestões.....	14
12. Disposições Finais.....	14

Anexo:

Anexo I: TERMO DE RECEBIMENTO DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

Anexo II: FORMULÁRIO DE INTERAÇÃO COM AGENTES PÚBLICOS.

1. Objetivo

Esta política tem como objetivo estabelecer diretrizes, condições e procedimentos para a prevenção de corrupção, de fraudes, cartel, fraude à licitação, suborno e lavagem de dinheiro e de ilícitos nos negócios, incluindo participação processos licitatórios, relacionamento com representantes de organizações concorrentes ou parceiras, execução de contratos públicos, fiscalizações, solicitação de autorizações e licenças, proporcionando a ética e a transparência nas relações e negociações e estabelecer diretrizes a serem seguidas nas interações com agentes públicos.

2. Histórico de Revisões

Versão	Início da Vigência	Aprovação	Descrição	Tipo de Documento	Data de validade
01	01/01/2021	17/02/2021	Emissão inicial	Eletrônico	2 anos
02	18/08/2022	17/08/2022	1ª Revisão	Eletrônico	2 anos

3. Abrangência desta Política

A presente Política de Anticorrupção é aplicável aos executivos, colaboradores, parceiros de negócios e terceiros do Grupo JAV, bem como qualquer outra parte que mantenha relação contratual ou atue em nome da Companhia. No caso de terceiros e parceiros de negócios, deve ser observado também o que estiver definido nos contratos firmados.

4. Referências

- Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/13);
- Regulamentação da Lei Anticorrupção (Decreto nº 11.129/2022);
- Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/98);
- ABNT - NBR ISO 37001 - Sistemas de Gestão Antissuborno;
- Código de Ética do Grupo JAV;
- Política de Compliance do Grupo JAV;
- Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades do Grupo JAV;
- Política de Doações e Patrocínios do Grupo JAV.

5. Definições

Administração Pública

É o conjunto de agentes, serviços e órgãos instituídos pelo Estado com o objetivo de fazer a gestão das demandas sociais, a organização do funcionamento do Estado e a oferta de serviços públicos como Educação, Saúde, Segurança, Cultura etc.

Agente Público	Qualquer funcionário público ou equiparado, brasileiro ou estrangeiro, quaisquer candidatos a cargos públicos, dirigentes de partidos políticos, pessoas em cargos diplomáticos e em organizações internacionais, funcionários de empresas controladas, direta ou indiretamente por entidades públicas, nacionais ou estrangeiras, e qualquer representante de tais pessoas, podendo incluir seus familiares.
Empresa	Grupo JAV.
Código de Ética para Terceiros	Estabelece os princípios e os limites éticos à atuação do GRUPO JAV, detalhando os compromissos que assumem com as partes interessadas e o que se espera dessas partes interessadas.
Colaborador	Pessoa física contratada pelo Grupo JAV, incluindo presidente, diretores, conselheiros e empregados.
Contraparte	Pessoa física ou jurídica com a qual é celebrado um termo contratual ou equivalente, podendo ser fornecedor, cliente, prestador de serviço, donatário ou patrocinado.
Corrupção	Ato ou efeito de dar, prometer, oferecer, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, para si ou para outrem, qualquer vantagem indevida para funcionário público ou a pessoa a ele equiparado, que o leve a efetuar ou deixar de efetuar ato de ofício ou o leve a deixar de agir de acordo com a lei. Não será tolerada qualquer forma de corrupção, seja com relação a Agentes Públicos ou a Partes Privadas.
<i>Due Diligence</i>	Procedimento de verificação da integridade de um potencial parceiro, examinando possíveis envolvimento em casos de corrupção, fraude e suborno e outros ilícitos, bem como pendências financeiras, processos, conflito de interesse e relacionamento com Pessoas Expostas Politicamente.
Empresa	Grupo JAV.
Lavagem de Dinheiro	Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.
Parentes	Para este código, são considerados parentes: cônjuges, irmãos, filhos, netos, primos, companheiro, pais, avós, tios, sobrinhos, sogros, nora, cunhados, madrasta, padrasto e enteados.
Pessoa Exposta Politicamente – PEP	Agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos cinco anos anteriores, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como seus representantes, familiares e outras pessoas de seu relacionamento próximo.

Pessoas Próximas	Aquelas com as quais se mantém vínculo societário, relacionamento afetivo ou convivência habitual, seja por laço amoroso ou de amizade, em que possa existir o interesse em beneficiar o outro.
Suborno	Ato de aceitar, prometer, oferecer, receber ou pagar a pessoas físicas e jurídicas, qualquer quantia, bens materiais e outros benefícios particulares, como diária em hotel, ingressos a shows, cargos, a fim de influenciar ou garantir inapropriadamente uma vantagem com relação a um negócio, como contrato, decisão ou resultado.
Vantagem Indevida	Oferta, promessa, doação, aceitação ou solicitação de uma vantagem indevida de qualquer valor (que pode ser financeiro ou não financeiro), direta ou indiretamente, em violação às leis aplicáveis, como um incentivo ou recompensa para uma pessoa que está agindo ou deixando de agir em relação ao desempenho das suas obrigações.

6. Diretrizes Gerais

O Grupo JAV espera que seus colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviços adotem as medidas necessárias para estarem em conformidade com a leis e regulamentos aos quais estão submetidos, em especial à Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e tenham o compromisso e a responsabilidade em combater a corrupção, o suborno e a lavagem de dinheiro, bem como quaisquer outros atos ilícitos.

O Grupo JAV promove negócios éticos e transparentes e não tolera nenhuma prática de corrupção, suborno, pagamento ou recebimento de vantagens indevidas, tanto no relacionamento com a administração pública, quanto empresas privadas e outros parceiros de negócios.

O Grupo JAV apoia a concorrência leal e a livre iniciativa e não tolera nenhum ilícito contra a ordem econômica.

Os dirigentes do Grupo JAV informarão sobre a ocorrência de ilícitos que se configurem crimes às autoridades e aos órgãos competentes e colaborarão em processos de apuração e investigativos quando solicitados.

6.1 Combate à Corrupção e a Outros Ilícitos

O Grupo JAV valoriza a postura ética, íntegra e transparente de seus colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e prestadores de serviços, estando sempre em conformidade com as leis anticorrupção e antitruste.

Para o Grupo JAV são fundamentais o compromisso e a responsabilidade de todos os Colaboradores e Contrapartes em combater e não tolerar a corrupção e outros ilícitos, em quaisquer de suas formas e contextos.

Em relação à corrupção e a outros ilícitos contra a administração pública, é expressamente proibido:

- Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a pessoa a ele relacionada;

- Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar prática de atos ilícitos;
- Prometer, oferecer ou dar dinheiro, valores, brindes, presentes ou qualquer espécie de vantagem financeira, voluntariamente, ou mediante solicitação ou exigência, a qualquer agente público ou político, a pessoas a eles relacionadas, em contrapartida a benefícios particulares ou para a companhia;
- Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular reais interesses ou identidade de beneficiários de atos praticados;
- Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito de agências reguladoras e de órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;
- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório;
- Obter vantagem ou benefício indevido quanto a modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública;
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados com a administração pública;
- Fraudar e manipular para obtenção de licenças, autorizações, gratificações ou permissões;
- Oferecer, prometer, aceitar, dar, autorizar ou induzir, direta ou indiretamente, vantagem indevida ou coisa de valor para qualquer pessoa, física ou jurídica, com objetivo de influenciar suas decisões em favor de si, do Grupo JAV ou de outrem.

Em relação à ordem econômica e à concorrência leal, é expressamente proibido:

- Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;
- Dominar mercado relevante de bens ou serviços, em desacordo com a legislação vigente;
- Aumentar arbitrariamente os lucros e exercer de forma abusiva posição dominante, em desacordo com a legislação vigente;
- Oferecer, prometer ou aceitar pagamentos de facilitação com o objetivo de garantir qualquer vantagem, como permissões, licenças e outros documentos oficiais a fim de agilizar ações rotineiras;
- Discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços, ou de condições operacionais de venda ou prestação de serviços;
- Dificultar ou romper a continuidade ou desenvolvimento de relações comerciais de prazo indeterminado em razão de recusa da outra parte em submeter-se a cláusulas e condições comerciais injustificáveis ou anticoncorrenciais;
- Monopolizar ou impedir a exploração de direitos de propriedade industrial ou intelectual ou de tecnologia;
- Vender mercadoria ou prestar serviços injustificadamente abaixo do preço de custo, em desacordo com a legislação vigente;
- Falsificar dados e omitir gastos e despesas dos livros e registros contábeis.

Os colaboradores, fornecedores, terceiros e outros parceiros de negócios do Grupo JAV devem sempre se posicionar contra qualquer ato ilícito. Caso seja oferecida ao colaborador da Empresa ou se tenha ciência do oferecimento, solicitação ou recebimento de qualquer vantagem indevida, deve-se reportar imediatamente à área de Compliance. O Grupo JAV também dispõe de canais de reporte de condutas antiéticas que podem ser utilizados por colaboradores, fornecedores, parceiros de negócios e quaisquer outras pessoas que tenham ciência de fatos que afrontem às normas, ao Código de Ética e às políticas da Empresa.

6.2 Interação com Agentes Públicos

O Grupo JAV reitera que seus colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviço devem agir de forma ética, íntegra e transparente em seu relacionamento com o Poder Público. Toda interação com agentes públicos ou Pessoas Politicamente Expostas deve ser feita em acordo com o Código de Ética do Grupo JAV, com a legislação e obedecendo as regras deste documento.

Toda interação que houver entre um agente público e colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviço do Grupo JAV que estejam agindo em nome ou benefício da Empresa deverá ser registrada através do preenchimento do Formulário Relacionamento com Agentes Públicos (Anexo II) disponibilizado pela área de Compliance e:

- Devem ser utilizados os canais, meios e horários de interação institucionais dos órgãos públicos disponíveis para todas as empresas;
- Em reuniões presenciais, deve-se promover a participações de, no mínimo, 2 colaboradores do Grupo JAV, sendo recomendada a rotatividade entre os colaboradores selecionados;
- Em interações que ocorram por meio eletrônico, deve-se dar prioridade ao uso de ferramentas de comunicação corporativas, contudo, SMS, e-mail e mensagens através de aplicativos devem ser arquivadas e documentadas como evidências. As interações através de videoconferência, quando possível, devem ser gravadas e documentadas como evidência da interação;
- No caso de fiscalizações, vistorias ou visitas de agentes públicos nas dependências do Grupo JAV, os colaboradores devem atender cordialmente e profissionalmente aos agentes públicos e priorizar as comunicações oficiais e por escrito;
- Em situações em que o colaborador se depare com alguma solicitação imprópria pelo agente público que possa ser caracterizada como suborno ou corrupção, ou o colaborador sinta algum desconforto ou insegurança, deverá comunicar prontamente ao seu superior imediato, ao Canal de Ética ou a área de Compliance;
- Não é tolerado qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, brindes, presentes, doações, almoços, hospitalidades, patrocínios, cortesias, entre outros, por todos os colaboradores, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços do Grupo JAV, com o intuito de subornar ou obter vantagem para si, para outrem, ou em favor do Grupo JAV;
- Recebimentos, entregas e ofertas de brindes e presentes envolvendo Agentes Públicos, poderão ocorrer desde que as partes respeitem as regras previstas no Código de Ética do Grupo JAV, na Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades do Grupo JAV, obedeçam às regras deste documento e a legislação aplicável e preencham o Formulário de Interação com Agentes Públicos e o Formulário de Brindes, Presentes e Hospitalidades.
- Nenhum colaborador, terceiro, fornecedor ou parceiro sofrerá qualquer tipo de retaliação ou penalização, em caso de perda de negócio, resultante de recusa em pagar e/ou receber propina.

6.3 Obtenção de Licenças, Autorizações e Permissões

O Grupo JAV não tolera qualquer pagamento de propina, suborno ou facilitação com o intuito de acelerar ou favorecer a análise e obtenção de licenças, autorizações e permissões realizado por seus colaboradores, terceiros, fornecedores, parceiros ou qualquer agente intermediário que atue em nome ou benefício da Empresa.

Os colaboradores responsáveis pela obtenção de licenças, autorizações e permissões no Grupo JAV devem garantir que nenhum oferecimento ou recebimento de vantagem indevida sejam realizados.

Caso haja a oferta de brindes ou presentes, o colaborador deverá reportar a área de Compliance imediatamente, por meio do Formulário de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

6.4 Contratação de Agentes e Ex-Agentes Públicos

A contratação de agentes públicos ou ex-agentes públicos é permitida desde que também permitida pela legislação e pelo órgão ao qual o agente está ou esteve vinculado. Para as possíveis contratações, deverá ser observada a compatibilidade entre a atividade a ser desenvolvida na empresa com a atividade exercida na função pública. Também deverá ser realizado processo de verificação de possível conflito de interesses e uso de informação privilegiada para evitar que recaia qualquer suspeição sobre a contratação e haja risco de vantagem indevida.

Os colaboradores que sejam familiares de segundo grau colateral, consanguíneo ou por afinidade, de agentes públicos de órgãos com quem o Grupo JAV tenha relacionamento ou interesse nas decisões devem comunicar imediatamente ao seu gestor e a área de Compliance para que adotem as medidas necessárias para evitar potenciais conflitos de interesses, através do Formulário de Conflito de Interesses.

Se configurado possível conflito de interesses, o colaborador não poderá atuar diretamente ou influenciar decisões de interesse do Grupo JAV junto aos órgãos ou agentes públicos. Aplica-se a Lei 12.813/2013 na verificação de relacionamento com agentes ou ex-agentes públicos do Poder Executivo Federal e, em caso de agentes públicos de outros poderes ou esfera municipal, estadual ou do Distrito Federal, aplicam-se as leis correspondentes.

6.5 Relacionamento com Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviço

Todos os fornecedores, parceiros, prestadores de serviços e outros agentes que conduzam negócios com o Grupo JAV ou em nome da Empresa, devem agir com ética, integridade e transparência.

O Grupo JAV somente se relacionará com aqueles que:

- Cumpram a legislação aplicável no desenvolvimento de suas atividades e consecução de seus compromissos contratuais;
- Mantenham adequado sigilo acerca das informações confidenciais que venham a adquirir em razão das atividades exercidas para ou em conjunto com o Grupo JAV;
- Respeitem as Políticas internas e o Código de Ética do Grupo JAV;
- No processo de contratação, forem transparentes com as informações e documentação fornecida;

- Possuam boa reputação de mercado verificado através do processo de *due diligence*;
- Cumpram com a legislação, normas e regulamentações aplicáveis ao seu negócio e atividades;
- Cumpram o contrato estabelecido com o Grupo JAV;
- Ajam em nome ou benefício do Grupo JAV somente quando expressamente autorizado.

No processo de contratação, a área de Compliance fará o processo de *due diligence*, a fim de averiguar possíveis riscos de integridade oferecidos pelos fornecedores, terceiros, prestadores de serviço e outros parceiros de negócio ao Grupo JAV.

Caso seja detectado risco de integridade na contratação, a empresa verificará o nível de risco oferecido na contratação e a possibilidade de mitigação desse risco; as outras condições contratuais como preço, qualidade do produto, sustentabilidade; e a existência de outros parceiros de negócio para atender às necessidades da empresa. A área de Compliance poderá recomendar a suspensão da contratação com a Contraparte.

A área de Compliance monitorará as empresas que se relacionam com o Grupo JAV de acordo com o risco oferecido, averiguando possíveis pagamentos indevidos ou suspeitas que coloquem em risco a imagem e a reputação do Grupo JAV.

Segundo a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o Grupo JAV pode ser responsabilizado civil ou administrativamente por todos os atos lesivos causados por terceiros em seu benefício.

Desse modo, é proibido que os colaboradores do Grupo JAV induzam um terceiro para que este se envolva ou se cale diante de qualquer conduta ou ato ilícito que não esteja de acordo com a postura ética, moral, íntegra e transparente da empresa.

6.6 Conflito de Interesses

Conflito de interesses é uma situação em que o interesse de um colaborador, ou funcionário de fornecedor ou de parceiro de negócio está ou pode tornar-se conflitante com o interesse do Grupo JAV, podendo comprometer a independência e isenção de julgamento na prática de um ato, em detrimento da Empresa.

Conflito de interesses normalmente decorre, mas não está limitado, de relações familiares, amorosas, afetivas e comerciais entre colaboradores, funcionários de parceiros de negócios, agentes públicos e quaisquer outros terceiros.

É expressamente proibido que pessoas relacionadas ao Grupo JAV se utilizem de sua posição na Empresa para conseguir oportunidades, favores ou vantagens em benefício próprio, a outrem ou em nome da Empresa.

Os colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviços devem agir de modo a prevenir situações que possam causar conflito de interesses, atuando no melhor interesse do

Grupo JAV. Se não revelados, os conflitos de interesses podem abalar a confiança e causar descrédito ao colaborador e ao Grupo JAV.

Situações que podem gerar conflito de interesses são:

- Trabalhar com parentes ou pessoas próximas, em especial com relação de subordinação, como cônjuges, companheiros de união estável e parentes consanguíneos ou por afinidade, por ascendência (pais e avós), descendência (filhos e netos), relação colateral (cunhados, primos, tios, genros, noras e demais);
- Possuir participação em outras organizações, em especial aquelas que atuem como concorrentes ou parcerias de negócios;
- Exercer atividades externas;
- Possuir relacionamento íntimo com outro colaborador, podendo influenciar decisões sobre salário, promoção e avaliação de desempenho;
- Exercer influência na contratação de fornecedores, prestadores de serviço ou parceiros de negócios;
- Favorecer parceiros de negócio nas decisões relacionadas à execução contratual; e
- Possuir investimentos que possam influenciar suas decisões.

Os exemplos aqui mencionados não pretendem esgotar as possibilidades de potencial conflito de interesses.

Toda situação de conflito de interesses deve ser evitada. Caso ocorra o conflito efetivo ou que possa ocorrer, o colaborador deverá preencher o Formulário de Conflito de Interesses e enviar à área de Compliance a fim de averiguar se o conflito de interesses pode impactar nos negócios do Grupo JAV.

O Formulário de Conflito também deverá ser aplicado anualmente a todos os colaboradores e enviado à área de Compliance, por e-mail para compliance@jav.com.br.

6.7 Brindes, Presentes, Hospitalidades e Entretenimento

Os colaboradores, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços estão proibidos de prometer, aceitar, oferecer e receber qualquer tipo de vantagem, como brindes, presentes, refeições, entretenimento, viagens e hospitalidades, a fim de influenciar ou obter vantagem para si, para outrem ou para o Grupo JAV.

Qualquer oferta deve ser declarada ao superior imediato a fim de evitar situação de incômodo ou suspeita.

Somente são permitidos o recebimento e a oferta de brindes e presentes institucionais e sem valor comercial relevante nas relações com fornecedores, terceiros e parceiros de negócios, desde que não ultrapassem o valor de R\$100,00 (cem reais) ou o equivalente em moeda local, com frequência máxima de 2 (duas) ofertas anuais pelo/para o mesmo terceiro.

Brindes ou presentes com valor maior que R\$ 100,00 (cem reais) devem ser recusados e devolvidos. É importante que a devolução seja feita através da Carta de Devolução (Anexo III – Política de Brindes, Presentes e Hospitalidades) para que seja mantido o bom relacionamento com o ofertante. Caso a recusa seja impossibilitada, estes devem ser devidamente documentados através do Formulário de Brindes, Presentes e Hospitalidades e encaminhados à área de Recursos

Humanos, que realizará sorteio entre os colaboradores ou viabilizará doação para instituições filantrópicas, sempre de maneira documentada e transparente.

Todas as ofertas ou recebimentos devem ser devidamente documentados no Formulário de Brindes, Presentes e Hospitalidades.

No caso de eventos corporativos, o Grupo JAV arcará com o custeio de locomoção, hospedagem, alimentação e inscrição de seus colaboradores ou terceiros que em seu nome participem.

Caso não seja possível o custeio ser realizado pelo Grupo JAV, a participação somente será permitida com aprovação da Diretoria correspondente, após avaliação da área de Compliance.

6.8 Doações e Patrocínios

São proibidas quaisquer doações e patrocínios que sejam oferecidos e prometidos com o intuito de obter vantagens inadequadas ou influenciar a ação do Grupo JAV ou de um agente público.

Caso o Grupo JAV queira fazer qualquer doação ou patrocínio por razões legítimas, como interesses humanitários e filantrópicos, a organização ou pessoa donatária ou patrocinada deve passar por processo de due diligence, a fim de investigar se a organização ou pessoa oferece riscos para a reputação ou imagem do Grupo JAV, como a verificação se a organização possui sócios ou administradores que sejam agentes públicos com poder de decisão sobre interesses da Empresa, Pessoas Politicamente Expostas ou pessoas com relacionamento com colaboradores do Grupo JAV.

Todas as doações e/ou patrocínios realizados em nome do Grupo JAV deverão ter como finalidade a divulgação da marca ou o fomento ao desenvolvimento de setores como saúde, educação ou cultura.

As solicitações deverão ser submetidas previamente ao setor de Compliance, a fim de ser analisada a conformidade legal da doação e/ou patrocínio e as implicações perante a marca e o nome da Companhia.

As doações e/ou patrocínios são proibidos a políticos, partidos políticos e agentes públicos, e sanções podem ser aplicadas em caso de descumprimento.

6.9 Contribuições Políticas

O Grupo JAV não realiza, permite, promove ou incentiva qualquer doação ou financiamento a partidos políticos, candidatos ou seus representantes com valores ou outros bens como cessão de espaços, veículos, produtos, nem disponibiliza recursos de qualquer natureza para as atividades político partidárias, conforme vedação legal.

Os colaboradores do Grupo JAV podem realizar contribuições pessoais para partidos ou políticos desde que sejam sempre em caráter pessoal, fora do expediente de trabalho e respeitando as diretrizes do Código de Ética do Grupo JAV.

Caso os colaboradores façam doações políticas, eles não devem:

- Declarar que suas contribuições ou opiniões políticas estão relacionadas de qualquer maneira ao Grupo JAV; e
- Realizar ou permitir que se realize divulgação que vincule o Grupo JAV a qualquer ato de contribuição.

6.10 Registros Contábeis

O Grupo JAV determina que todas as transações e operações contábeis e financeiras estejam totalmente documentadas, aprovadas e classificadas com a descrição correta, devendo refletir de maneira precisa a sua natureza nas contas contábeis e em conformidade com a legislação.

O Grupo JAV respeita os princípios contábeis, sendo que é proibido a utilização de documentos falsos e imprecisos.

Todos os registros e documentos originais comprobatórios das operações contábeis do Grupo JAV serão apresentados aos órgãos públicos fiscalizadores e à auditoria interna ou externa, sempre que for necessário.

6.11 Fusões e Aquisições

Nas fusões, incorporações, aquisições, formação de consórcios e joint ventures, o Grupo JAV realizará o processo de *due diligence*, a fim de identificar o risco de integridade do negócio e o envolvimento em atos ilícitos ou em outras condutas ilegais ou antiéticas envolvendo a empresa com a qual o negócio poderá ser realizado.

O escopo da diligência deve ser adequado ao perfil de risco da empresa a ser adquirida. Qualquer ponto de atenção identificado deve ser informado imediatamente ao responsável pelo negócio, bem como as áreas do Jurídico e Compliance para decisões cabíveis.

6.12 Cláusulas Obrigatórias em Contratos

A existência das cláusulas anticorrupção, de prevenção à lavagem de dinheiro e antiterrorismo são obrigatórias em todos os contratos firmados entre o Grupo JAV e seus colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviços. Todas as partes devem declarar conhecimento da lei anticorrupção brasileira e se comprometer a cumprir integralmente o descrito no contrato e agir em concordância com as leis aplicáveis.

É obrigatório incluir as cláusulas (i) Anticorrupção; (ii) Prevenção a lavagem de dinheiro; (iii) Combate ao Terrorismo; (iv) Comprometimento com a integridade e com as orientações e políticas do Grupo JAV; e (iii) Previsão de sanções como multa, ressarcimento por prejuízos materiais e reputacionais, e rescisão contratual, caso a contratada pratique atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira e descumpra as normas éticas do Grupo JAV.

Em caso de dúvidas quanto à cláusula adotada pelo Grupo JAV, consulte a área Jurídica ou a área de Compliance.

6.13 Gestão de Contratos

O GRUPO JAV indicará gestores de contratos responsáveis por realizarem o acompanhamento e monitoramento dos contratos firmados entre o Grupo JAV e seus colaboradores, fornecedores, parceiros e prestadores de serviços.

O objetivo do acompanhamento é assegurar que as condições firmadas sejam cumpridas e/ou modificadas quando necessário, evitando erros, transtornos, atrasos e outros problemas que possam vir prejudicar a relação do Grupo com seus parceiros, colaboradores e clientes. Além disso, despenderá gestão de riscos de integridade nesses contratos, monitorando e desenvolvendo planos de ação, quando for necessário.

Caso sejam identificadas ilicitudes durante as fases do acordo, o contrato pode ser rescindido conforme cláusulas previamente impostas.

7. Participação em Licitações

Em caso de participação do Grupo JAV em licitações públicas, o setor de Compliance deverá ser notificado e a empresa deverá atuar em conformidade com as disposições legais da Lei das Licitações (nº 14.133/2021), da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13), as normas da licitação e as cláusulas contratuais firmadas com o órgão público licitante.

É extremamente vedado práticas ilícitas elencadas nas legislações, no que tange relacionamento com agentes públicos, durante o processo licitatório, sendo que somente especialistas no tema poderão dar prosseguimento no tema.

8. Incumprimento da Política

A violação de quaisquer diretrizes e normas previstas nesta política sujeita o infrator às penalidades cabíveis correspondentes à gravidade da infração, inclusive advertência, suspensão e demissão por justa causa, sem prejuízo da reparação dos danos causados e da comunicação do ato às autoridades públicas competentes, quando aplicável.

Qualquer colaborador que tiver ciência da ocorrência de ilícitos no cumprimento das diretrizes ou normas previstas nesta política deverá informar ao setor de Compliance, utilizando-se dos canais de reporte de condutas ilícitas disponibilizados pelo Grupo JAV.

9. Canal de Ética

O Grupo JAV disponibiliza para seus colaboradores, parceiros de negócios e quaisquer interessados seu Canal de Ética para reporte de quaisquer condutas consideradas ilícitas praticadas pelos seus colaboradores, terceiros ou outros que atuem em nome ou em benefício do Grupo JAV. O Canal de Ética do Grupo JAV é gerenciado por empresa especializada na gestão de canais de denúncias.

O Canal de Ética do Grupo JAV está disponível 24 horas via site, e-mail ou telefone.

 Link: jav.legaletica.com.br;

 E-mail: jav@legaletica.com.br; e

 Telefone: 0800 400 3333.

Em hipótese alguma o colaborador deverá conduzir investigações por conta-própria.

10. Compromisso com a Não Retaliação aos Denunciantes de Boa-fé

O Canal de Ética é uma ferramenta para recebimento de reclamações e denúncias de violação ao Código de Ética e Conduta, às políticas e normas do Grupo JAV, bem como às leis e normas estatais. O canal garante confidencialidade, anonimato e não-retaliação ao denunciante.

Com intuito de proteger o denunciante de boa-fé e, em acordo com as diretrizes desta Política, a Companhia não admite qualquer tipo de retaliação. Nenhum denunciante de boa-fé deve receber medida disciplinar, ser assediado, transferido contra a sua vontade, vetado de promoção ou discriminado.

Se constatado que foram realizadas denúncias de má-fé e/ou com intenção de causar prejuízo à parte denunciada, serão aplicadas medidas disciplinares ao denunciante.

11. Divulgação da Política, Dúvidas e Sugestões

É de responsabilidade de todos os colaboradores da Companhia divulgar esta Política, mantê-la acessível a todos os interessados e conscientizar o público-alvo sobre a importância de sua observância, assim como incentivá-los a apresentar dúvidas ou preocupações com a sua aplicação.

Outras dúvidas ou sugestões de melhorias relacionadas a essa Política devem ser encaminhadas ao Compliance, através do e-mail compliance@jav.com.br.

12. Disposições Finais

A presente política passa a vigorar para todos os colaboradores, terceiros, fornecedores e parceiros de negócios da Empresa na data de sua aprovação.

Esta norma substitui todas as normas internas vigentes sobre o assunto que eventualmente se contraponham ao que foi aqui estabelecido.

A Empresa pode, por sua mera liberalidade ou em razão de alterações legislativas, a qualquer momento, alterar os termos da presente política.

Este instrumento é parte integrante do contrato de trabalho existente entre o colaborador e o Grupo JAV, tendo a presente vigência válida enquanto vigente o contrato de trabalho.

O profissional declara estar ciente dos termos constantes na presente Política, comprometendo-se a cumpri-la em sua integralidade, sob pena de aplicação de medida disciplinar.